



Senado vai propor à Câmara agilização da reforma política

Em sessão temática, Renan Calheiros anunciou que vai negociar com Eduardo Cunha para que projetos sobre o tema não parem após aprovação em uma das Casas

O ministro do Supremo Tribunal Gilmar Mendes, o filósofo Claudio Weber Abramo e o cientista político Murillo de Aragão participaram da sessão temática do Senado que, durante quatro horas, discutiu reforma política. Dez propostas de mudanças no sistema político estão

prontas para irem ao Plenário do Senado e devem ser votadas em breve.

Senadores se revezaram na tribuna ressaltando preocupação com questões como financiamento de campanhas, participação feminina na atividade política, organização partidária e sistemas de votação. **4 e 5**



Claudio Weber Abramo, Gilmar Mendes, Renan Calheiros e Murillo de Aragão expõem ideias para aprimoramento da política

Gerardo Magela/Agência Senado

Moreira Menezes/Agência Senado



Senadores e deputados tentam acordo sobre novas regras para analisar vetos

Análise de resolução e de vetos é adiada para terça

Foi marcada para 3 de março nova sessão do Congresso para votação da resolução que regula a cédula eletrônica e de quatro vetos presidenciais. Parlamentares querem garantir o direito de apresentar destaques e debatê-los. **3**

Partidos fecham acordo para dirigir comissões

Após duas semanas de negociações, o líder do PMDB, Eunício Oliveira, anunciou ontem à noite que as lideranças partidárias chegaram ao consenso na definição dos presidentes das comissões permanentes. Segundo ele, será respeitado o critério do tamanho das bancadas.

O PMDB ficará com as Comissões de Constituição e Justiça, de Infraestrutura e de Assuntos Sociais. O PT presi-

dirá Assuntos Econômicos e Direitos Humanos. O PSDB comandará a de Relações Exteriores. O PSD deve ficar com a de Meio Ambiente, enquanto o PSB presidirá a de Educação e Cultura. Resta definir ainda o comando de quatro comissões.

Blocos partidários também foram oficializados ontem, com extinção e criação de grupos de atuação parlamentar. **3**

Código de Processo Civil vai à sanção

Foi enviada ontem para sanção a redação final do projeto do novo Código de Processo Civil. A proposta, aprovada pelos senadores em dezembro, passou por extensa revisão

para adequar a redação. Após o recebimento, a presidente Dilma Rousseff tem 15 dias para sancionar o texto, cuja íntegra está no site do Senado. **6**

Orçamento aguarda emendas de novos parlamentares **2**

Veto à tabela do IR deve trancar pauta do Congresso **8**

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI
Aposentadoria especial de pessoas com deficiência
Lei Complementar 142/13

Um justo direito para quem percorre esse caminho

O Senado aprovou a lei que reduz o tempo de contribuição e a idade para a aposentadoria de pessoas com deficiência. **É o Congresso Nacional colaborando para a conquista da cidadania.**

Saiba mais em:
www.senado.leg.br/agoraelei

SENADO FEDERAL

Segundo relator-geral do projeto de lei orçamentária, senador Romero Jucá, texto não foi votado ontem porque ele ainda aguarda emendas de novos parlamentares

Orçamento 2015 será votado na semana que vem

A VOTAÇÃO DO Orçamento Geral da União para 2015 deve ser concluída na próxima semana, em sessão conjunta do Congresso. A informação foi dada pelo relator-geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2015, senador Romero Jucá (PMDB-RR).

Ele explicou que o Orçamento 2015 não foi votado na sessão do Congresso de ontem porque ainda aguarda que os novos deputados e senadores apresentem as emendas parlamentares que bancam obras e projetos deles nos estados. Jucá afirmou que, se os colegas entregarem logo os pedidos, o relatório final poderá ser analisado pelo Plenário do Congresso nos próximos dias.

— Nem todos os parlamentares fizeram a indicação das emendas. Vamos aguardar a votação para a próxima semana. Não há nenhuma celeuma acerca do Orçamento. Acho que é uma questão de dias



Jucá diz que anúncio de contingenciamento pelo governo não altera o relatório

para que o Orçamento possa ser votado e sancionado pela presidente — disse.

O senador também minimizou o anúncio do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, de que o governo fará um contingenciamento de R\$ 80 bilhões. Jucá afirmou que essa revisão anunciada previamente não vai alterar o relatório.

— Em situações normais, o contingenciamento sempre

tem sido entre R\$ 40 e R\$ 50 bilhões. Por que isso? Porque o governo não sabe na realidade qual é a receita que vai se configurar. O governo que tem responsabilidade fiscal e tem que fazer superávit tem que começar segurando os gastos para poder gastar aquilo que efetivamente possa arrecadar.

O Orçamento 2015 deveria ter sido aprovado em dezembro. Até a sanção do projeto,

no entanto, o governo federal pode gastar o equivalente a 18 avos da receita deste ano com despesas obrigatórias, como pagamento de funcionários.

Novas emendas

Mais cedo, Jucá já havia ampliado o prazo para que os novos parlamentares eleitos no ano passado também pudessem apresentar emendas ao projeto. Assim, os deputados e senadores empossados neste mês têm até as 18h de sexta-feira para apresentar indicações de emenda ao relator-geral. Cada novo parlamentar tem direito a destinar até R\$ 10 milhões, totalizando R\$ 2,4 bilhões — metade obrigatoriamente destinada a projetos no setor de saúde.

A decisão de incluir emendas de novos parlamentares foi anunciada no último dia 10, após reunião entre Jucá e os presidentes da Câmara, Eduardo Cunha, e do Sena-

do, Renan Calheiros. O prazo para os líderes partidários entregarem as indicações se encerraria ontem, mas foi adiado até sexta.

As indicações serão transformadas em emendas do relator e apresentadas em Plenário, já que o prazo para apresentação de emendas individuais terminou no ano passado.

Jucá garantiu que os recursos virão de remanejamento no Orçamento e que não haverá cortes de programas de estados e municípios nem de programas sociais. “É importante dizer que não estamos aumentando a despesa do Orçamento nem a receita. Estamos remanejando despesa”, disse o relator no dia 10.

É a primeira vez que um relator permite que novos parlamentares apresentem emendas. Antes, ao tomarem posse, teriam que esperar o ano seguinte para obter recursos para estados e municípios.

Senado faz lançamento de publicação sobre reforma política

A Consultoria Legislativa e a Advocacia do Senado lançaram ontem o livro *Resgate da Reforma Política: diversidade e pluralismo no Legislativo*. A publicação aborda financiamento de campanhas, participação da mulher na política, desafios da democracia representativa, voto facultativo e mudanças no sistema eleitoral.

O consultor-geral legislativo do Senado, Paulo Mohn, destacou o fato de o livro ter sido apresentado no mesmo dia em que o Plenário realizou uma sessão temática sobre o assunto.

— De certo modo, a publicação traz a crítica da judicialização da política. Nós vimos isso na sessão temática de hoje, quando o ministro do STF Gilmar Mendes chamou atenção para o protagonismo do Legislativo — afirmou.

O secretário-geral da Mesa, Luiz Fernando Bandeira, lembrou que o



Paulo Mohn discursa observado por Anna Lucena e pelos diretores Bandeira, Ilana e Florian Madrugá

livro é a segunda publicação recente do Senado sobre o tema. A Secretaria de Comunicação Social apresentou a revista *Em Discussão!*, que trouxe o assunto sob enfoque jornalístico.

— Temos visto a proliferação de partidos, que se reflete no Plenário do Senado e na composição dos blocos partidários. O sistema atual tem levado a um fracionamento de nossa política

representativa e o trabalho aborda isso de forma muito inteligente — elogiou.

José Serra (PSDB-SP) criticou o alto custo das campanhas no Brasil, causados principalmente pelo horário eleitoral no rádio e na TV. Em sua opinião, a adoção do voto distrital nas maiores cidades é uma forma de reduzir o custo das campanhas. A ideia está contida no projeto de lei apresentado por ele no

início do ano (PLS 25/2015).

— São Paulo seria dividida em 55 distritos, com 150 mil a 160 mil eleitores cada um. Os candidatos buscariam voto num universo muito menor. Sem falar no aumento da representatividade do eleito — constatou.

A obra está dividida em temas para facilitar o entendimento. São 15 capítulos e cada um é precedido de uma pequena explicação, de modo que o leitor avalie previamente os artigos e escolha quais são de seu interesse.

Além da venda ao público por R\$ 30, o livro *Resgate da Reforma Política: diversidade e pluralismo no Legislativo*, que é editado pela Coordenação de Edições Técnicas do Senado, será distribuído gratuitamente para bibliotecas públicas. Em breve a publicação também estará disponível em formato digital.

Empresários pedem convalidação de incentivos

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o senador Romero Jucá (PMDB-RR) e o deputado Alexandre Baudy (PSDB-GO), além de empresários do setor automotivo e da indústria de refrigerantes. Eles pediram a Renan a votação do PLS 130/2014, de autoria da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), que convalida benefícios fiscais concedidos por estados a empresas.

A proposta, que está pronta para votação no Plenário, foi retirada de pauta no início de fevereiro, a pedido do ministro da Fazenda, Joaquim Levy. Na ocasião, o governo solicitou mais tempo para que estados e municípios pudessem ana-

lisar o impacto das mudanças previstas no projeto.

O texto, que tem como relator Luiz Henrique (PMDB-SC), avaliza benefícios fiscais concedidos pelos estados, na forma de redução de ICMS para empresas. Renan Calheiros lembrou que no Parlamento,

mesmo não havendo consenso, deve-se discutir as matérias, exercendo a democracia.

— O Parlamento hoje não tem mais a noção de que só pode apreciar temas consensuais. Quando não há consenso é que o Congresso deve debater — destacou.



Intenção do projeto é estender benefício à indústria automotiva, entre outras

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h Pauta trancada pela MP 658/2014, que adia a entrada em vigor da Lei das ONGs

PRESIDÊNCIA Ministra do Meio Ambiente e presidente da Fiesp

11h30 Recebe a senadora Maria do Carmo Alves e o prefeito de Aracaju, João Alves Filho; às 12h, a ministra Izabella Teixeira, do Meio Ambiente; às 15h, Paulo Skaf, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp); às 16h, preside a ordem do dia.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Tamanho das bancadas foi o critério escolhido. Assim, serão 3 colegiados para o PMDB e 2 para o PT. PSDB, PSD e PSB terão 1 cada um. Quatro comissões aguardam definição

Partidos chegam a acordo sobre as comissões

APÓS DUAS SEMANAS de negociações, o líder do PMDB, Eunício Oliveira (CE), conseguiu fechar um acordo com os demais líderes partidários para definir a distribuição das 12 comissões permanentes. Segundo ele, será respeitado o tamanho das bancadas.

Com isso, o PMDB ficará com três comissões: de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Infraestrutura (CI) e de Assuntos Sociais (CAS). O PT terá duas: Assuntos Econômicos (CAE) e Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O PSDB comandará a de Relações Exteriores (CRE).

O PSD deve ficar com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), que era pretendida pelo PSDB. O PSB presidirá a de Educação, Cultura e Esporte (CE), provavelmente com Romário (RJ).

Eunício explicou que o próximo passo é a eleição dos presidentes e vice-presidentes.

— Deveremos apresentar uma espécie de chapa única.

O líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), negou que o partido tenha cedido à pressão



Líder do PMDB, Eunício explica que próximo passo será a eleição de presidentes e vices, provavelmente com chapa única

do PT, que não queria que os tucanos comandassem a CMA, pelas atribuições de fiscalização do governo. Segundo ele, a CRE é estratégica diante do cenário na América Latina.

— O PT não interfere nas nossas escolhas. É uma decisão estratégica da nossa bancada priorizar a CRE, diante do caos que a diplomacia brasileira vive, a despeito da qualidade do Itamaraty. O Itamaraty é mais uma vítima do atual governo.

Ainda resta a definição para quatro comissões: Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e Senado do Futuro. O PMDB deverá ficar também com o comando do Conselho de Ética e da Corregedoria do Senado.

Novos blocos

Outro fato que tem influência direta na montagem das

comissões é a formação de blocos partidários. Embora não interfira na escolha dos presidentes, que obedece ao tamanho das bancadas de cada partido individualmente, os blocos dão base à distribuição dos membros das comissões.

Ontem PT e PDT formalizaram união, formando o Bloco de Apoio ao Governo. O grupo terá 20 membros, sendo o segundo maior do Senado, e será liderado por Humberto

Costa, que já é líder o PT.

O Bloco Democracia Participativa, de PSB, PP e PPS, foi desfeito. O PSB e o PPS juntaram-se a PCdoB e PSOL para formar o Bloco Socialismo e Democracia, sob liderança de Lídice da Mata (BA). Com nove integrantes, é o quarto maior bloco da Casa. O PP não migrou para nenhum bloco e, com cinco senadores, passa a ser o menor grupo político.

Os demais blocos já existentes são: Bloco da Maioria (PMDB e PSD), com 22 membros e ainda sem líder; Bloco de Oposição (PSDB e DEM), com 16 membros e liderança de Alvaro Dias (PSDB-PR); e Bloco União e Força (PR, PTB, PRB e PSC), com nove membros e Fernando Collor (PTB-AL) como líder.

Distribuição

PMDB	• CCJ • CI • CAS •
PT	• CAE • CDH •
PSDB	• CRE •
PSD	• CMA •
PSB	• CE •
A definir	• CCT • CDR • CRA • • Senado do Futuro •

Exame de resolução e quatro vetos ficam para terça-feira

A sessão do Congresso realizada na noite de ontem foi encerrada sem a votação do projeto de resolução (PRN 1/2015) que regulamenta a cédula eletrônica (e-cédula) para apreciação dos vetos presidenciais.

Os quatro vetos que constavam na pauta da sessão também não foram apreciados. Por falta de acordo sobre a resolução, o senador Romero Jucá (PMDB-RR), que presidia a Mesa, encerrou a sessão e convocou novo encontro para a próxima terça-feira, às 19h.

A discussão sobre o projeto que pode acelerar a análise dos vetos foi marcada por polêmica. Deputados e senadores questionaram a previsão sobre a apresentação de destaques.

Para a senadora Ana Amélia (PP-RS), o texto retira qualquer possibilidade de parlamen-

tares e partidos pequenos apresentarem destaques. Para ela, trata-se de “um massacre às minorias”. Na visão do deputado Mendonça Filho (DEM-PE), a resolução contraria a Constituição. Ele foi um dos mais insistentes em pedir o adiamento da votação.

Já o deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS) disse que a resolução “vem em boa hora” e que o Congresso precisa avançar. O deputado José Guimarães (PT-CE), líder do governo, registrou que o projeto foi construído por consenso de lideranças e pediu o apoio unânime. Cássio Cunha Lima (PB), líder do PSDB no Senado, porém, negou que tenha sido convidado para um acordo. Ele disse que a medida era apenas um consenso entre as Mesas do Senado e da Câmara.

Foram apresentadas 11

emendas de Plenário — a maioria tratando de questões de redação ou de possibilidade de apresentação de destaques. O relator, senador Jorge Viana (PT-AC), acatou parcialmente as emendas e chegou a apresentar um substitutivo prevenido, entre outras alterações, a realização de debate no caso da apresentação de destaques. — Esta matéria é da maior importância e vai modernizar e adequar a apreciação de vetos — disse Viana.

O líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), acredita ser possível um acordo para aprovar o texto. Segundo ele, a resolução foi criada de forma “absolutamente consensual”.

— Esse direito [de discussão em Plenário] está absolutamente garantido, é amplo, mas o direito de votar também tem que ser — declarou.



Plenário do Congresso durante sessão conjunta: além de resolução, ficou para 3 de março a votação de quatro vetos

Em análise



PSICÓLOGOS

O Veto 31/2014 foi apresentado ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 150/2009, sobre a jornada de trabalho do psicólogo, e altera a Lei 4.119/1962. O PLC determina que a jornada e o percentual de remuneração extraordinária devem ser fixados por instrumento coletivo de trabalho. Em mensagem encaminhada ao Congresso, a presidente da República alega que o projeto foi vetado integralmente por ser contrário ao interesse público. Segundo ela, a redução da jornada semanal proposta impactaria o orçamento de entes públicos, notadamente municipais, com possível prejuízo à política de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS). O governo argumenta ainda que o projeto poderia elevar o custo também para o setor privado de saúde, com ônus ao usuário.



CRÉDITOS

O Veto 32/2014 foi apresentado ao PLC 99/2013 — Complementar, que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000). O projeto exige um quórum diferenciado para fins de aprovação de convênio que tenha por objeto a concessão de remissão dos créditos tributários constituídos em decorrência de benefícios ou incentivos fiscais, entre outras alterações. O governo alega que o veto se justifica pela alteração da conjuntura econômica, uma vez que o projeto foi apresentado em momento de expansão da arrecadação.



TRANSPORTE ESCOLAR

Por sua vez, o Veto 33/2014 foi aplicado pela presidente Dilma Rousseff ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 47/2008, que torna obrigatória a destinação, para o transporte escolar das prefeituras, dos veículos de transporte coletivo apreendidos e para os quais foi aplicada a pena de “perdimento”, por terem ingressado irregularmente no Brasil. A presidente reconhece o mérito da proposta, mas justifica o veto total alegando que a medida poderia levar ao uso de veículos impróprios e não adaptados para o transporte de estudantes, por não trazer condicionantes para essa destinação, pondo em risco a segurança dos usuários. A presidente diz ainda que, nos casos concretos em que essa destinação for desejada, ela já pode ser feita por meio de ato do ministro da Fazenda.



CONTRIBUIÇÃO

O Veto 34/2014 foi apostado por Dilma Rousseff ao Projeto de Lei (PLS) 161/2009, que reduzia a contribuição previdenciária para patrões e empregados domésticos. Dos atuais 12%, os patrões passariam a pagar para o INSS 6% do valor do salário. Os empregados, que hoje pagam entre 8% e 11%, também passariam a pagar 6%. Na justificativa do veto integral, a presidente diz que o projeto contraria o interesse público. Com a mudança, o governo deixaria de recolher cerca de R\$ 600 milhões por ano, o que, argumenta, “não é condizente com o momento econômico atual”.

Renan quer acordo com Câmara para acelerar reforma política

Em sessão temática que debateu, com ministro do STF, filósofo e cientista político, as propostas para alterar o sistema político, presidente do Senado disse que vai negociar com líderes a pauta e estabelecer fluxo para que textos não fiquem parados em nenhuma das duas Casas

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, informou ontem que buscará uma coordenação com a Câmara dos Deputados para acelerar a votação de projetos que tratam da reforma política. Ao final de sessão temática com três convidados e grande número de senadores, Renan explicou que a ideia é que uma Casa não demore a votar projetos após a aprovação pela outra.

— Vou me encontrar com o deputado Eduardo Cunha, presidente da Câmara, para juntos discutirmos esse procedimento. Também vou convocar os líderes para decidirmos sobre o que deliberar. O Brasil cobra muito essa reforma política.

Ao sair da sessão, o presidente do Senado observou que o debate da reforma política “é fundamental, importante e insubstituível” para nortear as decisões do Parlamento, inclusive as não consensuais.

— É preciso que as pessoas entendam que o Parlamento não vota só o que é consensual. O que não é consensual precisa ser apreciado também. Isso é da democracia — assinalou.

Propostas em pauta

Ao abrir a sessão temática, Renan defendeu a adoção de um teto para doações de campanhas eleitorais, a eleição majoritária para deputados e exigências mínimas para que partidos tenham acesso a dinheiro do fundo partidário e tempo

de rádio e televisão.

O presidente lembrou que existem no Senado dez proposições relativas a mudanças no sistema político brasileiro prontas para serem votadas no Plenário e disse que pretende analisá-las o mais rápido possível:

— Elas dizem respeito ao modelo de financiamento, à proibição de coligações proporcionais, à obrigatoriedade do voto, à reeleição e a desincompatibilizações, entre outros temas. Pretendo pautá-las o mais rápido possível para que a reforma política, ainda que fatiada, se torne uma realidade — disse.

Para o senador, a forma como são eleitos os deputados pelo sistema proporcional causa uma “distorção gravíssima e fraude a vontade popular” ao permitir, por exemplo, que candidatos com 275 votos sejam eleitos.

— Na proposta que representa a vontade do eleitor, os parlamentares seriam eleitos pelo voto majoritário e, dessa forma, as cadeiras passariam a ser dos candidatos mais votados individualmente. O voto transferível é uma deformação que estimula as legendas de aluguel — afirmou.

O financiamento das campanhas políticas também precisa mudar, na opinião de Renan Calheiros. O financiamento exclusivamente público seria uma solução, a seu ver, mas inviável diante dos custos. Nas últimas eleições municipais, foram

500 mil candidatos, como lembrou. Para o senador, o modelo mais recomendável seria um teto para despesa de campanha, bem como um valor máximo para as doações de pessoas físicas e jurídicas para cada candidato.

O presidente do Senado ainda defendeu uma cláusula de desempenho segundo a qual só terão acesso a tempo de rádio e TV e recursos do Fundo Partidário as legendas que obtiverem um percentual mínimo do total de votos válidos no país.

Grandes temas

Essa é a primeira sessão temática do Senado neste ano e a segunda a tratar de reforma política. As sessões temáticas possibilitaram o retorno da discussão de grandes temas ao Senado, com a participação de convidados sem as limitações do Regimento Interno. Segundo Renan, a ajuda das instituições é bem-vinda.

— Sabemos que a reforma política não é apenas um anseio do Parlamento, mas de toda a sociedade. Por esse motivo, muito nos agradam as manifestações de várias instituições sobre o que devemos mudar para tornar mais transparente, econômica e legítima a escolha dos representantes do povo, tal como a CNBB [Conferência Nacional dos Bispos do Brasil] e a OAB [Ordem dos Advogados do Brasil]. No que depender do Congresso, todos os obstáculos serão transpostos — concluiu.



Propostas sobre a reforma política estiveram em debate ontem no Plenário e são também o tema desta edição de *Em Discussão!*, apresentada ontem por Renan

Publicações do Senado abordam propostas para mudar o sistema eleitoral

Renan Calheiros anunciou ontem o lançamento, neste mês, de duas publicações da Casa que tratam da reforma política: a 24ª edição da revista *Em Discussão!* e o livro *Resgate da Reforma Política — diversidade e pluralismo no legislativo*.

As obras, segundo Renan, contribuem para elevar o nível do debate.

A revista, elaborada pela Secretaria de Comunicação Social, aborda temas como financiamento de campanhas, eleição para deputados, reeleição, voto facultativo e participação das mulheres na política, além dos desafios a serem superados para que as normas eleitorais sejam alteradas.

As informações são apresentadas de

forma didática, ilustradas com imagens e infografias.

Já o livro, lançado ontem, é organizado pela Consultoria Legislativa do Senado e traz artigos de especialistas nos diversos tópicos da reforma política.

Leia a revista *Em Discussão!* sobre a reforma política: <http://bit.ly/EmDiscussao24>

Para Gilmar Mendes, decisão deve ser do Congresso, e não do Judiciário

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF) e também vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), afirmou no Senado, ontem, que as duas Cortes estão sobrecarregadas pelo exame de questões político-eleitorais que são próprias da reforma política. Ele reconheceu que a reforma é urgente, mas ressaltou que o lugar do debate e da decisão é o Congresso Nacional.

— O que nos cabe [Judiciário] é o papel de controle da decisão que se venha a tomar, mas não devemos ter a pretensão de que, por sentenças aditivas, normativas e regulatórias, se estará a disciplinar qual o quantum que alguém deve doar para as campanhas, para ser legítimo ou ilegítimo.

Mendes afirmou que o Judiciário nem sempre consegue apresentar respostas satisfatórias quando é provocado porque lhe falta a “legitimidade democrática”. Citou a questão da fidelidade partidária, que tinha como objetivo impedir a “hemorragia” de parlamentares eleitos, cooptados por outros partidos. Porém, o Supremo admitiu que o parlamentar pudesse deixar a legenda quando a saída fosse para filiação em partido novo.

— Ora, deixamos a porta aberta. Aí, sim, inventou-se a fórmula de criar partidos.

Ao estabelecer regras após questionamentos judiciais, as cortes também ficam sujeitas a serem depois desautorizadas pelo Legislativo, observou.

O financiamento de campanhas, que está sendo examinado pelo Supremo, foi apontado pelo ministro como tema “problemático” para o Judiciário. Se for adotada a regra do financiamento exclu-



STF e TSE estão sobrecarregados pelo exame de questões político-eleitorais, disse o ministro

sivo por pessoas físicas, assinalou, logo se levantará a questão do limite de doações, que pode ser considerado restritivo. Além disso, ele considera que com esse modelo o Congresso pode ser cobrado a aprovar o sistema de lista fechada de candidaturas, definida pelo partido.

— Não cabe ao Supremo determinar qual o sistema eleitoral que o Congresso deve adotar. Paciência! — ponderou.

Apesar da falta de convergência sobre os pontos da reforma e da complexidade do tema, ele considera que há um consenso que pode favorecer o avanço das discussões: o reconhecimento de que o sistema atual está desacreditado. É necessário, portanto, elaborar um modelo de organização político-partidária que tenha legitimidade. Mendes criticou, por outro lado, a posição dos que defendem a convocação de uma Constituinte exclusiva para realizar a reforma política.

Limitação na distribuição de cargos é “mãe de todas as reformas”, diz Abramo

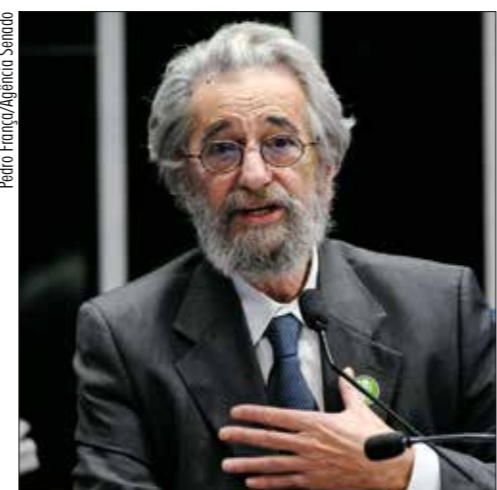
O filósofo e diretor-executivo da ONG Transparência Brasil, Claudio Weber Abramo, falou sobre dois temas que ele considera os mais importantes na reforma política. O primeiro, chamado por ele de “mãe de todas as reformas políticas”, seria limitar o poder que o chefe do Executivo tem de nomear cargos. O segundo foi sobre a limitação do valor das doações feitas para financiamento de campanhas eleitorais.

Abramo disse que o grande poder de nomeação que o presidente da República ou os governadores têm gera a cooptação de apoio de partidos nas Casas legislativas pelo país, o que é um motor de corrupção. Ele afirmou que, embora esse tema não esteja na pauta dos debates sobre reforma política, é o mais importante.

— O que faz o chefe do Executivo? Por meio da distribuição de cargos na administração, coopta o apoio de partidos aqui, na Câmara dos Deputados, em qualquer lugar. O Executivo quer que a Casa aprove aquelas matérias que são do seu interesse e, principalmente, que o Legislativo não o fiscalize — afirmou.

Abramo disse que muitos especialistas não consideram essa mudança uma reforma política, mas administrativa. No entanto, o filósofo afirmou que esse poder provoca efeitos sérios, como a falta de prestígio das instituições políticas e do Legislativo junto ao eleitor. Outro efeito citado por Abramo é o fato de que os partidos deixam de funcionar como representantes de tendências da sociedade e passam a funcionar como representantes deles mesmos.

De acordo com ele, a ONG tem tentado



Abramo defende redução do poder de nomeação que presidentes e governadores possuem hoje

convencer a presidente Dilma Rousseff, o Senado e a Câmara a aprovar uma emenda à Constituição reduzindo drasticamente o poder de nomeação. Ele relatou que, nos Estados Unidos, o número de pessoas que o presidente da República nomeia é de aproximadamente 4 mil. No Brasil, só os chamados cargos DAS, que pertencem ao Executivo, somam 22,5 mil, afirmou.

Sobre o financiamento das campanhas eleitorais, o filósofo defendeu a limitação no valor que empresas ou cidadãos podem doar, e não no valor gasto pelos políticos. Ele citou o exemplo da campanha de Dilma Rousseff em 2014, em que 15 grupos empresariais foram responsáveis por 50% do financiamento eleitoral da candidata. As empresas têm interesses estratégicos e investem nas eleições sem coerência ideológica, frisou. Ele concluiu afirmando que é preciso haver limite tanto para as empresas quanto para as pessoas físicas.

Campanhas precisam de limites de gastos e de doações, defende Aragão

Apesar das mudanças no sistema político já aprovadas — conquistas obtidas de forma fatiada ao longo dos anos, como a Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/2010) e a norma de fidelidade partidária —, outras devem ser implantadas logo, como a limitação dos gastos de campanha e das doações às legendas e aos candidatos. Foi o que defendeu o presidente da Arko Advice Pesquisas, Murillo de Aragão.

Para ele, é inadmissível que as campanhas eleitorais no Brasil, um país com baixo índice de desenvolvimento humano (IDH) e tantas injustiças sociais, custem R\$ 5 bilhões. Por isso, defende um limite.

— Sem definir se será público ou privado, a essência do debate [do financiamento] tem que se concentrar no teto de despesas e no de doações. Com isso, quebramos a espinha dorsal do abuso de poder econômico nas eleições — afirmou Murillo de Aragão, que é mestre em ciência política e doutor em sociologia.

Aragão disse ser contra o financiamento público de campanha exclusivo, pois, para ele, há riscos de afastamento da militância e dos simpatizantes com a “abundância de recursos públicos”. Também criticou a tendência, que considera nefasta, de criação de inúmeros partidos que, muitas vezes, são usados apenas para agregar tempo de televisão ou abrigar candidaturas.

Outro ponto defendido por ele é a adoção de um critério de distribuição dos deputados federais por estado de acordo com a quantidade da população. Ele sugere que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aplique, a cada eleição, essa regra. Para Aragão, a melhor opção quanto ao



Para Aragão, teto para custos e doações quebraria “espinha dorsal” do abuso do poder econômico

sistema eleitoral é o voto distrital misto.

— O voto distrital aproxima o político da comunidade e o voto no partido valoriza o debate interno nas agremiações; ambos aproximam o cidadão da política.

O especialista considera essencial também tratar da questão de gênero na reforma política, com a proporcionalidade dos cargos eletivos entre homens e mulheres. Ele citou como boa iniciativa nesse sentido o Projeto de Lei do Senado 295/2011, que deve ser votado em Plenário.

Para Aragão, o sistema político brasileiro tem graves distorções, “é doente, perverso, indutor de criminalidade e leva a população a viver apenas em um simulacro de democracia”, dando cada vez menos crédito aos políticos.

Discursos destacam valorização de partidos, poder econômico e participação feminina

Ao longo das quatro horas de debate sobre a reforma política no Plenário ontem, alguns temas se destacaram nos discursos dos parlamentares.

Vários senadores manifestaram preocupação em reduzir a influência do poder econômico sobre as eleições, com o controle das doações feitas por empresas privadas.

Outro assunto em pauta foi o fortale-

cimento dos partidos e a ampliação da identificação da sociedade com os seus representantes.

Já uma maior presença feminina em cargos eletivos foi defendida pelas senadoras que participaram do debate. Elas sugeriram, por exemplo, ajustes na Lei de Cotas para ampliar, dentro dos partidos, o número de mulheres candidatas.

Financiamento de campanhas

“ Grupos econômicos transformam o eleito num servidor da empresa, e não do povo e do eleitor.”

— Lasier Martins (PDT-RS)

“ Todos os escândalos políticos dos últimos 15 anos têm relação direta ou indireta com o financiamento privado. Se conseguirmos resolver esse problema, se chegarmos a um consenso, daremos um primeiro passo fundamental. Essa deve ser a primeira mudança da reforma política.”

— Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)

“ Os que acessam mais, os que têm condições, vão continuar se elegendo e, portanto, nós não vamos ter representação.”

— Walter Pinheiro (PT-BA)

“ Cerca de 70% dos deputados eleitos em 2014 devem suas eleições a 10 ou 12 empresas citadas na Operação Lava-Jato. Será que esses deputados terão condição de votar projetos contra esses ‘patrões’?”

— Ataídes Oliveira (PSDB-TO)

“ Apesar de ser um modelo de financiamento híbrido, o céu é o limite. A empresa tem uma participação que coloca toda uma desigualdade no campo da disputa eleitoral.”

— Fátima Bezerra (PT-RN)

“ Dizem que se o sistema for misto, com pessoas físicas contribuindo, não se consegue ter recurso para fazer a campanha, quando é o contrário. Hoje o Brasil mostra que ninguém tem o monopólio da mobilização, da rua, e de fazer as pessoas participarem.”

— Humberto Costa (PT-PE)

Partidos e sistemas de votação

“ Um candidato eleito por um distrito absolutamente despolitizado filosoficamente e programaticamente vende a Petrobras por uma ambulância ou pelo auxílio para a construção de um posto de saúde. O que aproxima o parlamentar de sua base são suas ideias, suas propostas.”

— Roberto Requião (PMDB-PR)

“ Esse é um dado da realidade que financiamento público não vai resolver, que muitas fórmulas que são engendradas com a melhor das intenções não vão resolver, porque estão desvinculadas de uma prática nefasta que tomou conta da política brasileira.”

— Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

“ Acabar com isso [a aliança proporcional] valoriza os partidos e contribui para a verdade das eleições, porque há deputados que se elegem com 600 votos, enquanto outros [não se elegem] com mais de 1 milhão.”

— Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

“ Estamos perigosamente competindo com a Argentina, que tem 70 legendas. Outras democracias deixam claro ser impossível montar governo com a quantidade de partidos que nós temos.”

— Jorge Viana (PT-AC)

“ O que mais me preocupa é que a reforma fique o mais perto possível do sentimento do eleitor. Daquele que não quer se sentir traído após o processo eleitoral.”

— Rose de Freitas (PMDB-ES)

Participação feminina

“ As mulheres do Parlamento vão à luta. Chegou o momento de a mulher brasileira ter representatividade. [...] Nós estamos muito mais próximos de discutir um “distritão”. Então, vamos ao que nós sabemos que está com mais chance e façamos, no “distritão”, a possibilidade de a mulher entrar. Entrar não como legenda, como entrou nas cotas, mas entrar mesmo. Nós temos uma participação nas cotas de 30%. Vamos discutir como vai ser isso.”

— Marta Suplicy (PT-SP)

“ Não venham dizer que no Brasil as mulheres não são vocacionadas. Nenhuma argentina, nenhuma uruguaia, nenhuma francesa, nenhuma alemã é mais vocacionada do que a brasileira. A diferença é que nesses países as oportunidades que as mulheres têm são muito maiores.”

— Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)

“ Até hoje não conquistamos na prática o direito de sermos votadas, de sermos eleitas. Esse direito é parcial, é impedido pela forma de organização do sistema eleitoral do nosso país.”

— Lídice da Mata (PSB-BA)

Benedito de Lira quer retomada de duplicação da BR-101



Waldemir Barreto/Agência Senado

Benedito de Lira (PP-AL) cobrou do Ministério dos Transportes o reinício das obras de duplicação de trechos da BR-101 que cortam o estado de Alagoas e a adequação dos pontos já duplicados para o tráfego de veículos.

A rodovia já não suporta o tráfego atual de veículos, afirmou o senador. Anunciada em 2010 e com conclusão prevista para 2012, a duplicação não foi concluída por causa de erros técnicos em projetos e problemas em editais, além da falta de interesse de construtoras por alguns trechos, lamentou.

Segundo ele, a duplicação, quando finalizada, vai beneficiar 400 mil pessoas que vivem ao longo da rodovia, estimular o turismo no litoral alagoano e melhorar o acesso ao interior e às usinas de açúcar do estado.

Segundo ele, a duplicação, quando finalizada, vai beneficiar 400 mil pessoas que vivem ao longo da rodovia, estimular o turismo no litoral alagoano e melhorar o acesso ao interior e às usinas de açúcar do estado.

Telmário pede ação do governo para crise em Roraima



Waldemir Barreto/Agência Senado

Telmário Mota (PDT-RR) pediu providências ao governo federal para a solução da crise em seu estado. Além de lamentar a prolongada seca, que levou a maioria dos municípios a declarar estado de emergência, o senador citou a precariedade do sistema prisional de Roraima e a sensação de pânico da população diante das rebeliões e fugas de presos. O senador espera que o Ministério da Justiça aumente os recursos para construção e reforma de presídios em Roraima.

— Essas cinco unidades prisionais que ali existem só suportam 700 presos, e nós temos 2 mil presos. Então, é praticamente impossível você manter a tranquilidade — disse Telmário.

— Essas cinco unidades prisionais que ali existem só suportam 700 presos, e nós temos 2 mil presos. Então, é praticamente impossível você manter a tranquilidade — disse Telmário.

Soluções para ajudar a destravar o Judiciário, como a criação de centros de solução consensual de conflitos nos tribunais, estão previstas no projeto, aprovado em dezembro pelos senadores



Moreira Moriz/Agência Senado

Coordenador de Redação Legislativa, Marcelo Catelli explica que o texto do projeto tornou-se mais acessível a leigos

Novo Código de Processo Civil segue para sanção

FOI ENVIADA ONTEM para sanção presidencial a redação final do projeto do novo Código de Processo Civil (PLS 166/2010). O texto, aprovado pelos senadores em dezembro, passou por extensa revisão para adequar a redação. Após o recebimento, o Planalto tem 15 dias para sancionar o texto, que passará a valer um ano após a sanção.

O trabalho é feito pela Coordenação de Redação Legislativa. Sete servidores passaram cerca de dois meses fazendo as alterações, que vão desde a inclusão e supressão de partes do documento, de acordo com o que foi votado pela Câmara e pelo Senado, até mudanças para que o texto seja entendido mais facilmente pelo cidadão.

— O texto elaborado pela comissão já veio bem simplificado em termos de terminologia; não é difícil de entender até para quem é leigo na área do Direito. Na nossa revisão, a gente procurou melhorar ainda mais esse aspecto, então, em muitos lugares a leitura ficou bem fácil — explicou o coordenador de Redação Legislativa, Marcelo Catelli.

O trabalho começa com a inclusão das alterações aprovadas pelos parlamentares

no texto. Muitas vezes, essas alterações geram mudanças na numeração dos artigos. Além disso, é preciso alterar todas as remissões internas.

Arquivo eletrônico

Depois começa a fase mais trabalhosa, em que o texto em papel é conferido com o arquivo eletrônico. Nessa fase, os servidores também fazem a revisão de ortografia e gramática e a de técnica legislativa. O texto é reescrito para que fique o mais claro possível, com o cuidado para

não alterar o sentido do que foi aprovado. A redação final tem 1.072 artigos e 215 páginas.

Após a revisão do secretário-geral da Mesa, Luiz Fernando Bandeira, o texto está pronto para ser enviado à sanção. A partir desse momento, a presidente da República, Dilma Rousseff, pode vetar integral ou parcialmente o texto. Não é possível vetar expressões ou palavras, apenas dispositivos (alíneas, incisos, parágrafos, artigos) inteiros. A decisão sobre manter ou não os vetos é do Congresso Nacional.

Redação final do projeto está disponível no site do Senado

O projeto do novo Código de Processo Civil está disponível no site do Senado, onde pode ser baixado em pdf.

O projeto incorpora soluções que devem ajudar a destravar a máquina do Judiciário. Uma das mais importantes é a criação de centros de solução consensual de conflitos em todos os tribunais, o que deve resultar na troca da atual visão litigiosa pela busca da resolução pacífica das demandas. O novo CPC

também extingue recursos e restringe o uso de outros.

A reforma teve início em 2009 com a criação de uma comissão de juristas, nomeada pelo então presidente do Senado, José Sarney. Os trabalhos foram presididos pelo à época ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e atual ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux.

Baixe a redação final do projeto: <http://bit.ly/projetoCPC>

Ana Amélia cobra rejeição à prisão do prefeito de Caracas

Ana Amélia (PP-RS) cobrou posição firme do governo brasileiro condenando a prisão do líder opositor venezuelano e prefeito de Caracas, Antonio Ledezma, detido sob acusação de conspirar contra o governo do presidente Nicolás Maduro. Segundo a senadora, a prisão foi ilegal, inclusive com provas forjadas.



Waldemir Barreto/Agência Senado

— Aposto na competência da diplomacia brasileira. Mas lamento a tolerância com que estamos nos comportando, como nação líder na região, nesse episódio dramático que é vivido pela Venezuela.

Ana Amélia disse que o Congresso também precisa se posicionar contra violações de direitos naquele país e elogiou manifestação nesse sentido do presidente da Câmara, Eduardo Cunha.

Ana Amélia disse que o Congresso também precisa se posicionar contra violações de direitos naquele país e elogiou manifestação nesse sentido do presidente da Câmara, Eduardo Cunha.

Ferraço: temas sem consenso também precisam ser votados

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) disse ontem não entender o motivo da demora do Senado em votar projetos importantes, sobre os quais a sociedade exige definição. Por isso, pediu que a direção da Casa coloque em votação as várias propostas relacionadas à reforma política, como a que acaba com a reeleição e a que torna o voto facultativo, ambas de sua autoria.



Waldemir Barreto/Agência Senado

O senador lembrou que não é possível que o Senado vote apenas os chamados projetos consensuais, pois esse critério impede, por exemplo, a análise da proposta de emenda à Constituição que reduz a maioria penal em algumas situações. Várias PECs nesse sentido tramitam conjuntamente.

O senador lembrou que não é possível que o Senado vote apenas os chamados projetos consensuais, pois esse critério impede, por exemplo, a análise da proposta de emenda à Constituição que reduz a maioria penal em algumas situações. Várias PECs nesse sentido tramitam conjuntamente.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Rodrigo Chia
Coordenação de Edição: Silvío Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Renan cobra maior participação do PMDB na definição dos rumos do país

Presidente do Senado diz que o maior partido no Congresso deve ter mais espaço nas decisões do governo e apoia cortes no setor público

UM DIA APÓS a cúpula do PMDB se reunir com ministros da equipe econômica do governo — em jantar na residência do vice-presidente da República, Michel Temer —, o presidente do Senado, Renan Calheiros, cobrou maior participação do partido na definição dos rumos do país. Em entrevista ontem, ele ressaltou a necessidade de rever o atual modelo de coalizão entre o PT e o PMDB.

Segundo Renan, um partido como o PMDB, que tem o maior número de parlamentares no Congresso, tem que participar efetivamente da definição das políticas públicas.

— O que dá fundamento à coalizão é você ter começo, meio e fim para o ajuste, para a produtividade, para antever as etapas. O papel do PMDB nessa hora é formatar. O PMDB, que é o maior partido, precisa cumprir um papel importante na coalizão, e não apenas ser chamado nessas horas para fazer ajuste que não tem começo, meio nem fim — argumentou Renan.

Na avaliação dele, o ajuste fiscal do governo precisa incluir cortes de gastos no setor público.

— A reunião foi boa, qualitativa, onde discutimos a necessidade de aprofundarmos o ajuste. O ajuste tem que cortar no setor público. A sociedade não entenderá se só a população mais pobre pagar a conta



Reunião com o ministro da Fazenda, Joaquim Levy (C), concentrada cúpula do PMDB, como Michel Temer (E) e Eduardo Cunha

do ajuste — avaliou.

No final do ano passado, o Executivo editou duas medidas provisórias (MPs) que tornaram mais rigoroso o acesso da população a uma série de benefícios previdenciários.

A MP 664/2014 cria novas regras para a concessão de pensão por morte, entre elas um prazo de carência de 24 meses de contribuição para a concessão do benefício. Antes, a carência não existia e o beneficiário tinha o direito de receber a pensão a partir de uma única contribuição mensal do segurado.

Já a MP 665/2014 muda as regras do seguro-desemprego. Antes, o trabalhador tinha direito ao benefício após seis meses de trabalho. Com as

novas regras, a primeira solicitação só pode ser feita após 18 meses.

O governo também alterou a concessão do abono salarial. Antes, quem trabalhava um mês durante o ano e recebia até dois salários mínimos tinha direito a um salário mínimo como abono. Agora, são exigidos seis meses de trabalho ininterruptos, e o pagamento passa a ser proporcional ao tempo trabalhado. Com as alterações, o governo espera economizar cerca de R\$ 18 bilhões por ano a partir de 2015.

Comissões

Sobre a definição do comando das comissões, Renan disse que o processo deve ser concluído nesta semana.

— Estamos fazendo um apelo para que os líderes indiquem hoje [ontem] os nomes. Amanhã [hoje], os nomes serão publicados e o mais idoso convoca e faz a eleição para presidente e vice-presidente — disse.

Segundo Renan, a preferência é que seja respeitado o princípio da proporcionalidade, mas, como observou, não havendo entendimento, as presidências dos colegiados serão definidas no voto. Pela proporcionalidade, os cargos de direção das comissões são distribuídos segundo o número de parlamentares das legendas na Casa. Os partidos com mais senadores têm preferência na escolha de quais colegiados desejam presidir.

Aécio quer comissão para ir à Venezuela verificar crise no país

Aécio Neves (PSDB-MG) propôs que comissão do Congresso visite a Venezuela e leu



Waldevir Barreto/Agência Senado

nota em que o PSDB acusa o governo Dilma de omitir-se em relação ao agravamento da crise no país vizinho. O PSDB lembra que, em 2009, foi contra a entrada da Venezuela no Mercosul por causa da atuação antidemocrática do então presidente Hugo Chávez, situação que teria se agravado com Nicolás Maduro. Isso fere o Protocolo de Ushuaia, que fixa regras de ingresso no bloco, adverte o partido.

— A posição conivente e silenciosa do Brasil é inaceitável e vergonhosa. Anuncia-se a ida de uma missão da Unasul para inteirar-se da situação e esse Congresso tem que participar — declarou o senador.

Wellington defende mais autonomia para municípios

No primeiro discurso em Plenário, Wellington Fagundes (PR-MT) prometeu



Moreira Mariz/Agência Senado

trabalhar para que o país supere o momento difícil, priorizando a reforma tributária e a construção de novo pacto federativo. Para isso, anunciou a apresentação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 1/2015, que altera os percentuais de partilha da arrecadação da Cide.

O senador lembrou que hoje os municípios têm direito a apenas 0,7% da Cide. Pelo texto, a arrecadação seria dividida em três partes iguais para União, estados e municípios.

— Esta é uma iniciativa concreta para que os municípios conquistem a tão sonhada autonomia financeira — argumentou.

Petecão: ministro da Integração Nacional visitará o Acre

Sérgio Petecão (PSD-AC) informou que o ministro da Integração Nacional, Gilberto Occhi, irá ao Acre sexta-feira



Moreira Mariz/Agência Senado

verificar os estragos causados pelas enchentes. A bancada acreana no Congresso se reuniu com o ministro para relatar a situação dos municípios.

Ficou acertado que os prefeitos das cidades atingidas pela cheia do Rio Acre terão um canal direto de interlocução com o governo federal.

— São os prefeitos que estão no dia a dia com os moradores dos municípios. São nos prefeitos que as demandas chegam — disse o senador.

Em Brasileia, quase 2 mil pessoas estão desalojadas e desabrigadas. Por isso, acredita o senador, é necessário trabalhar em prol das vítimas.

Jorge Viana apela por ajuda federal para vítimas de enchente

Jorge Viana (PT-AC) pediu ao governo federal ajuda para população atingida pelas



Genivaldo Magela/Agência Senado

cheias do Rio Acre, em seu estado. Ele e a bancada do Acre se reuniram com o ministro da Integração, Gilberto Occhi, para pedir apoio.

Segundo o senador, a situação se agravou esta semana e a calamidade atinge especialmente o município de Brasileia. Lá, os alojamentos para o desabrigados estão lotados e a energia foi cortada. Também faltam alimentos nos mercados, gasolina e barcos para o resgate das pessoas e a cidade está sem comunicação.

Viana já propôs que o Senado crie comissão externa para acompanhar a situação do Acre. Os senadores vão à cidade e a outras áreas atingidas.

Vanessa alerta: cheias no Norte causam danos à população por meses

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) registrou que seis municípios do Amazonas



Genivaldo Magela/Agência Senado

estão em estado de emergência devido a enchentes. A senadora afirmou que há muitas casas alagadas e pediu socorro ao Ministério da Integração Nacional.

Vanessa lembrou que as cheias na Região Norte costumam causar danos à população por muitos meses.

— São meses em que as casas ficam debaixo d'água. As pessoas constroem aquilo que chamam de maromba, que é o assoalho que vai sendo construído sobre outros para subir seus objetos [e livrá-los da enchente]. Até o ponto em que isso se torna impraticável e elas são obrigadas a sair de suas residências — relatou.

Projeto prevê criação de zona de exportação em Mato Grosso

Está na Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) projeto (PLS 21/2015) de José Medeiros (PPS-MT) que prevê criação de zona de processamento de exportação (ZPE) no município de Sorriso (MT).

A cidade fica no centro de Mato Grosso e já faz o escoamento da produção com destino ao exterior, o que, para o senador, poderá ser facilitado com o asfaltamento da BR-163 (Rodovia Cuiabá-Santarém).

Capiberibe reafirma apoio do PSB à Operação Lava-Jato

Líder do PSB, João Capiberibe (AP) reafirmou o apoio do partido às investigações da Operação Lava-Jato e manifestou confiança na condução do processo pelo juiz Sergio Moro. Ele disse, porém, que a bancada do PSB só se posicionará sobre nova CPI da Petrobras depois que o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, anunciar os nomes dos agentes políticos eleitos que possam estar ligados ao escândalo.

— A nossa expectativa é de que, a partir da Operação Lava-Jato, a gente possa passar a limpo o nosso país — disse, acrescentando que a bancada do PSB está disposta a “cortar na própria carne”.



Waldevir Barreto/Agência Senado

A partir da semana que vem, tranca a pauta do Congresso veto presidencial a reajuste de 6,5% da tabela do Imposto de Renda. Proposta do governo fixava índice em 4,5%

Veto sobre tabela do IR será votado em março

O VETO AO reajuste de 6,5% da tabela progressiva mensal de retenção do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) passa a trancar a pauta do Congresso Nacional em 4 de março, quarta-feira da próxima semana. A partir desse dia, o Plenário do Congresso não poderá votar outras matérias enquanto não deliberar sobre os 213 dispositivos vetados pela presidente Dilma Rousseff no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 18/2014 (resultante da MP 656/2014). A previsão é de que o veto seja analisado em 17 de março.

A MP foi editada com a finalidade de estimular o crédito e de prorrogar isenções tributárias. Durante a tramitação, os parlamentares incluíram a atualização dos valores da tabela do IRPF em 6,5%. O governo foi contra o aumento em percentual maior que o previsto na MP 644/2014 (4,5%), que perdeu a vigência em agosto do ano passado.

Vários temas incluídos no Congresso, como a extensão de incentivos a outros setores e novos regimes de tributação para determinados produtos, foram vetados sob o mesmo argumento: violação do artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Esse artigo condiciona o incentivo tributário, do qual decorra renúncia de receita, à estimativa de impacto orçamentário nos anos

seguintes. Na justificativa do veto, o Executivo afirma que o reajuste implicaria renúncia fiscal de R\$ 7 bilhões.

O argumento não convence a oposição. O líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), observa que, sem a correção da tabela, muitos contribuintes situados na faixa de isenção passam a pagar Imposto de Renda. Quem estava em faixas intermediárias sobe para as faixas seguintes, “pagando mais imposto”. Portanto, a correção só faz justiça ao contribuinte, na sua avaliação.

Para Cássio, o congelamento da tabela é uma das explicações para a elevada carga tributária brasileira.

Segundo Reguffe (PDT-DF), a defasagem vem desde o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). Em 2011, somados oito anos de FHC e oito de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), o descompasso entre a tabela e a inflação chegou a 64,1%.

— Portanto, o brasileiro estava pagando 64,1% a mais do que deveria de Imposto de Renda — afirmou Reguffe em 18 de fevereiro, quando anunciou seu voto contra o veto.

No mesmo dia, Gleisi Hoffmann (PT-PR) concordou com a necessidade de corrigir os valores, mas observou que o Imposto de Renda não é o tributo mais injusto do país. Segundo ela, um dos mais



Aloysio Nunes (C) conversa com Roberto Requião durante a sessão de ontem: medida provisória adia para julho a entrada em vigor da lei

perversos é o ICMS, que atinge ricos e pobres.

A parlamentar acusou os governadores de promoverem aumentos excessivos desse imposto. No Paraná, a alíquota, que era de 12%, passou para 18%, informou. Em outros estados, acrescentou, está passando para 25%. Para Gleisi, a Casa precisa “ter a coragem” de discutir a instituição do imposto sobre grandes fortunas e heranças. Segundo ela, os Estados Unidos, “um país tão elogiável pelo seu sistema tributário”, tem no imposto sobre heranças uma de suas principais fontes de arrecadação — “e nós não fazemos isso”.

MP que trata da Lei das ONGs tem análise adiada

Por falta de acordo, foi adiada ontem a votação em Plenário da Medida Provisória (MP) 658/2014, que adia a entrada em vigor da Lei das ONGs (Lei 13.019/2014). A medida está com prazo de análise vencido e precisa ser votada para liberar o restante da pauta.

A prorrogação, por 270 dias, soma-se ao prazo original previsto na lei, de 90 dias, levando a vigência para julho

de 2015. Não houve acordo para a votação do parecer de Gleisi Hoffmann (PT-PR), aprovado em dezembro pela comissão mista que analisou a medida.

O parecer permitia a ampliação em 25% dos gastos inicialmente previstos e autorizava parcerias com organizações participantes de programas de parcelamento de débitos com o poder público.

Blairo quer solução para greve dos caminhoneiros

Blairo Maggi (PR-MT) disse que o governo federal precisa encontrar logo solução para acabar com a paralisação dos caminhoneiros, que protestam contra o aumento do diesel e pelo baixo preço do frete.

Ele explicou que, além do reajuste do frete, a categoria quer prazo maior para pagar parcelas de empréstimos obtidos para comprar caminhões e que a chamada Lei dos Caminhoneiros seja sancionada do jeito que foi aprovada pelo Congresso. A proposta, que dispõe sobre a profis-



Waldemir Barreto/Agência Senado

são do motorista, disciplina a jornada de trabalho e o tempo máximo de direção desses profissionais. Sem uma solução, ele prevê graves consequências:

— O governo precisa tratar isso com muita rapidez, porque é perigoso o que estamos sofrendo. O desabastecimento de diesel é o primeiro ponto, mas o desabastecimento nos supermercados é real. Daqui a três dias começa a faltar frango, carne, lei, vai faltar tudo. E aí poderemos chegar a uma convulsão social.

José Medeiros apoia movimento dos motoristas

José Medeiros (PPS-MT) prestou solidariedade ao movimento nacional dos caminhoneiros, que considera necessário diante das dificuldades enfrentadas pela categoria. Ele espera uma solução rápida para a crise

no transporte de carga para evitar o desabastecimento e lamentou que o governo tenha ignorado os alertas sobre a seriedade do problema:

— Estamos saindo de um mar de tranquilidade para entrarmos em momentos difíceis e outros problemas



Moneira Moneiz/Agência Senado

como esse vão aparecer. Eu acho que fica o exemplo para que o governo possa ter mais rapidez, mais velocidade.

Medeiros também manifestou apoio ao projeto de resolução que acelera procedimentos de votação e

apuração nas sessões do Congresso, frisando a importância da iniciativa para a análise dos vetos presidenciais. Criticou, porém, regras da resolução que limitam a apresentação de destaques, que considera contrárias ao esforço de valorização do Poder Legislativo.

Luiz Henrique pede o fim do bloqueio de rodovias

Luiz Henrique (PMDB-SC) pediu a abertura de um canal de negociação para dar fim ao movimento de caminhoneiros que bloqueiam rodovias na Região Sul. O senador diz temer graves problemas de desabastecimento pela impossibilidade de transporte da produção agropecuária. Segundo ele, 50 mil produtores já estão com as atividades inviabilizadas.

—É o apelo que faço ao governo federal: negocie urgentemente com essa greve para que nossa economia comba-



Waldemir Barreto/Agência Senado

lida não sofra ainda mais. As mercadorias não estão saindo nem do campo nem das indústrias e vêm provocando o “agonizamento” da crise econômica por que estamos passando — conclamou o senador.

O movimento grevista, relatou o parlamentar, foi desencadeado por problemas enfrentados pelas transportadoras, como condições das rodovias, aumento do preço do combustível e o pagamento do frete em valor abaixo da tabela.

Paim: Executivo precisa dialogar com a categoria

Paulo Paim (PT-RS) alertou o governo sobre a necessidade de iniciar um diálogo com os caminhoneiros, que bloqueiam há alguns dias rodovias federais que cortam alguns estados por causa do aumento do preço do óleo diesel e do valor pago pelo frete. Se nada for feito, observou, o movimento pode fugir do controle e chegar a uma paralisação geral, causando perdas consideráveis para a economia do país.

Como a maior parte da produção nacional é transportada por caminhões,



Waldemir Barreto/Agência Senado

a manifestação pode gerar perdas consideráveis para a economia do país, com o descumprimento de prazos para entrega de mercadorias, acrescentou o senador.

— Os caminhoneiros não estão contentes de estar parados na beira da estrada. Eles querem mais é ir para casa, ver seus filhos, sua família. Eles querem entregar a carga, eles querem receber. Mas têm que ter dinheiro para pagar o combustível. Alguém vai dar de graça para eles? Não vai dar! — afirmou.